

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI—Número 1.644

Sábado, 5 de Abril de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada de Cebre, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL

TELEFONE—5339-C

Officinas de Impressão—Rua da Atalaya, 114 e 113

O PROLETARIADO PORTUGUÊS DEVE PREPARAR-SE PARA ELEVAR A SUA VOZ DE PROTESTO CONTRA A ESPANHA OFICIAL QUE CONDENOU A MORTE DO ARTISTA
••••• **REBELDE JUAN ACHER** •••••

UM NOVO CRIME

O ARTISTA JUAN ACHER CONDENADO À MORTE PELOS TORVOS TRIBUNAIS ESPANHÓIS

UM VIBRANTE APELO ENDEREÇADO AO PROLETARIADO PORTUGUÊS, PELA C. N. T. DE ESPANHA

A mais tórrida vingança, o maior ódio à vida inspiram ainda a Espanha oficial, imbuída do mais inaceitável fanatismo. A inquisição disparou-se e, hoje, aos inquisidores, chama-se juizes. De quando em vez, o mundo é alagado com uma decisão brutal dos odiosos tribunais espanhóis. Ontem foi Pedro e Nicolau. Hoje, é Juan Bautista Acher «El Poeta».

O pobre e desventurado artista acaba de ter confirmada pelo Tribunal Supremo a condenação à morte. A justiça espanhola, acaba de pronunciar a sua palavra derradeira. Quer a morte do moço artista. Que ele morra... Mas, que vivam, isentos de cuidados, por incapacidade para remorsos, os torvos juizes, os asquerosos juizes, que não podem ver, sem ódio, sem ódio mortal, uma vida desabrochando numa forte e profunda promessa de amor e arte.

Acher é um rapaz novo, cheio de ímpeto, entusiasta, sequioso de justiça, talentoso, artista. Uma mocidade impetuosa servida por uma nobre inteligência, e uma alma ardente. Artista, requintadamente artista, seu lápis é a revolta de uma consciência contra as injustiças. Seu desenho, suas caricaturas, dum traço luminoso e suave, são enlace da beleza com a justiça. O artista que pensa com acerto e realiza com beleza.

E aquele artista é um rebelde. Não chora liramente qualquer pseudo-drama, não se prostora servilmente perante o falso brilho duma sociedade podre, nem isonega os insolentes triunfos da hora que passa.

Acher, está do lado dos mais fracos. Em vez de se deter maravilhado nos prazeres dos de cima, desenha em linhas puras e harmoniosas, os sofrimentos e as cóleras dos de baixo.

O artista talentoso e o homem ativo

dão-se as mãos para negar ao presente o direito de esmagar a justiça das vítimas com o dinheiro e o poder dos carrescos.

Os juizes diante de Acher, diante desta exuberante mocidade que se prodigaliza em talento e em nobreza de alma, apenas tiveram uma atitude: a sentença condenatória. Acher estava acima da crueza humana que os juizes laboraram. É preciso para viver não ultrapassar um determinado grau de inteligência, de energia, de mocidade, de alívio. Acher ultrapassou-o.

Os juizes são implacáveis. Não perdoadam. E não perdoaram.

Acher, condenado à morte em última instância, está perdido irremediavelmente se a consciência humana, que está acima de todos os tribunais e de todos os juizes, se não manifestar, reclamando contra a cruel decisão.

Para que Acher não morra está-desejando em Espanha um movimento de protesto na qual colaboram numa fraternal coincidência, operários e artistas. O movimento deve alargar-se a Portugal, deve alargar-se a todo o mundo.

Os tribunais de Espanha estão multiplicando os seus crimes e, consequentemente, multiplicam-se os protestos. A todo o momento se erguem protestos destinados a roubar vítimas aos carrescos.

Que a mocidade, o talento e a rebeldia de Juan Acher não sejam imolados pelo carrasco! Para que assim suceda devem os trabalhadores de Portugal afirmar a sua simpatia pelo artista condenado à morte, contra os juizes que cobardemente e torvamente pretendem suprimir vidas que são tão necessárias e belas quanto as suas são nocivas e odiosas.

O apelo da C. N. T.
As organizações operárias, grupos anarquistas e a todos os homens

O povo espanhol volta a defrontar um caso semelhante ao de Pedro e Nicolau. Agora, foi escolhido pela justiça histórica, um jovem artista, cuja vida ela pretende ceifar.

Juan Bautista Acher, «El Poeta» foi condenado à pena de morte, pelo tribunal de Barcelona. A sentença condenatória acaba de ser, cruelmente confirmada pelo Supremo Tribunal.

O poeta, o homem, o obreiro do pensamento está ameaçado de morte! Assim o quer a funesta justiça de alguns homens ainda mais funestos que essa justiça. Vai matar um homem. Dentro dele vai extinguir-se essa luz que ilumina os povos.

O povo trabalhador de Espanha no que ele tem de nobre, de humano, de artista neste país, reclama que o jovem artista seja indultado. Este povo não pode, por causa da ditadura de Rivera, exprimir com a clareza e a expansão necessárias, o seu protesto e o seu rejeito pela vida deste desventurado artista.

Por isso apela para o ativo povo português, para que este, num belo e generoso impulso colectivo, exija como um só homem, o indulto, desta nova vítima.

Trabalhadores! Artistas! Homens Livres! Um homem, uma mocidade generosa e vibrante e talentosa vai ser imolado sacrificado pelo ódio! Reclamai todos ao governo espanhol para que Juan Bautista Acher seja indultado. Assim o quer o povo de Espanha. Assim vo-lo pede em nome da classe trabalhadora.

O Comitê Confederal da C. N. T.

CRONICA PARA LAMENTAR

NO CIRCO DE SÃO BENTO

Tavares teve guarda de honra — Os ciúmes dum «az» que foi da aviação — A policia perturba arbitrariamente a assembleia — Uma lição de franques por medida de higiene — O bacilo do número

Finalmente, o chamariz vitalício da companhia pronunciou o último nome e o director do circo, que até então ficara pela vitalidade do número, entou: Estão presentes trinta e nove senhores deputados!

Delicia os ouvidos a melodia deste prego, reminiscência dos pregões alegres e silabados que se ouviam nas estações ferroviárias, em dias de lindo sol, jazem apreciar os frutos e os doces regionais...

Mas Hermano, um bárbaro que a poesia não enterece, duvida do cantar presidencial, indaga zombeteiro: — Onde é que estão os trinta e nove? Onde é que o senhor foi arranjá-los?

O grito deste comparsa insubordinado alarmou presidente e secretários. A leitura da acta chegou a suspender-se; o secretário chegou a posar o caderno sobre a mesa, olhando vagamente os artistas insubmissos. O presidente, inquieto na sua função directiva, ergue os óculos embacalhados, franze a testa restrita e fica-se a olhar, a olhar, até que uma decisão súbita o anima:

— Os que faltam... estão lá fora!

Tinha achado a mais airosa saída — e o espectáculo inicia-se.

Tavares de Carvalho, um ovo estreado de primeira grandeza, abre o grande celeiro da sua oração, ante o extase de três criados de circo, rigidamente perfilados, como guarda de honra.

— E não querem a vida mais cara! Oh! é demais! não posso calar a minha enérgica revolta! Ora vejam meus senhores... Um retalhista foi preso... preso por ter em casa 600 quilos de batata sem leiteiro. Ele saiu para fora, senhores, mas teve de pagar... três mil escudos! Três contos que os fiscaes exigiram... Porque preço vai ficar essa batata!

Estava inspirado e, facilmente, dum assunto passou a outro: — Por Portugal e São Tiago, aos Loios! Guerra aos senhores e aos fiscaes! mandam apagar os prédios sem ruínas. Eu não quero injustiça, sr. ministro da Justiça. Eu quero que se faça um favor ao povo, ao povo que sofre a carestia da vida e a falta dum lar. Eu quero o levantamento da minha pátria, por isso voto o gravame dos impostos. Apesar disso, não desisto de afirmar que o povo tem direito à vida mais barata. Votem-se mais impostos, que se levantará a pátria e se levantará o povo que sofre a miséria da vida!

Ouve-se ao longe um soluço de mulher e um vagido de criança — é o povo que se levanta a aclamar o Rei da Mudureza.

A atmosfera carrega-se de tragédia. E, precisamente neste momento, por sobre as nossas cabeças aparece uma nuvem negra que as galerias escurece. Um grito de pavor solta-se, unisono, de todos os labios:

— A policia! A policia! A policia!

Era verdade — a policia ocupava a geral reservada, com um enorme barulho de pés. O pálio, em baixo, entre os pais da pátria, era indiscutível. A visão da audiência correccional, da entrega ao governo, do areal africano, vivia na imaginação excitada daquela gente.

— Socagei, homens — clama o director, do alto, seu púlpito. O heroico comandante do 9 de Abril, o inteligente Ferreira do Amaral, garantiu-vos a impunidade.

E a companhia sossegou. De resto, pensavam, a blusa de ganga nunca lhes assentaria bem.

António Maia — um Maia de que Ego se não lembraria — sob um nervosismo de um casal de pombos, 10800; idem de uma camisola, 6500.

Foram em número de 10 as pessoas contempladas, a cada uma das quais coube 568370.

Estava inspirado e, facilmente, dum assunto passou a outro: — Por Portugal e São Tiago, aos Loios! Guerra aos senhores e aos fiscaes! mandam apagar os prédios sem ruínas. Eu não quero injustiça, sr. ministro da Justiça. Eu quero que se faça um favor ao povo, ao povo que sofre a carestia da vida e a falta dum lar. Eu quero o levantamento da minha pátria, por isso voto o gravame dos impostos. Apesar disso, não desisto de afirmar que o povo tem direito à vida mais barata. Votem-se mais impostos, que se levantará a pátria e se levantará o povo que sofre a miséria da vida!

Ouve-se ao longe um soluço de mulher e um vagido de criança — é o povo que se levanta a aclamar o Rei da Mudureza.

A atmosfera carrega-se de tragédia. E, precisamente neste momento, por sobre as nossas cabeças aparece uma nuvem negra que as galerias escurece. Um grito de pavor solta-se, unisono, de todos os labios:

— A policia! A policia! A policia!

Era verdade — a policia ocupava a geral reservada, com um enorme barulho de pés. O pálio, em baixo, entre os pais da pátria, era indiscutível. A visão da audiência correccional, da entrega ao governo, do areal africano, vivia na imaginação excitada daquela gente.

— Socagei, homens — clama o director, do alto, seu púlpito. O heroico comandante do 9 de Abril, o inteligente Ferreira do Amaral, garantiu-vos a impunidade.

E a companhia sossegou. De resto, pensavam, a blusa de ganga nunca lhes assentaria bem.

António Maia — um Maia de que Ego se não lembraria — sob um nervosismo de um casal de pombos, 10800; idem de uma camisola, 6500.

Foram em número de 10 as pessoas contempladas, a cada uma das quais coube 568370.

Estava inspirado e, facilmente, dum assunto passou a outro: — Por Portugal e São Tiago, aos Loios! Guerra aos senhores e aos fiscaes! mandam apagar os prédios sem ruínas. Eu não quero injustiça, sr. ministro da Justiça. Eu quero que se faça um favor ao povo, ao povo que sofre a carestia da vida e a falta dum lar. Eu quero o levantamento da minha pátria, por isso voto o gravame dos impostos. Apesar disso, não desisto de afirmar que o povo tem direito à vida mais barata. Votem-se mais impostos, que se levantará a pátria e se levantará o povo que sofre a miséria da vida!

Ouve-se ao longe um soluço de mulher e um vagido de criança — é o povo que se levanta a aclamar o Rei da Mudureza.

A atmosfera carrega-se de tragédia. E, precisamente neste momento, por sobre as nossas cabeças aparece uma nuvem negra que as galerias escurece. Um grito de pavor solta-se, unisono, de todos os labios:

— A policia! A policia! A policia!

Era verdade — a policia ocupava a geral reservada, com um enorme barulho de pés. O pálio, em baixo, entre os pais da pátria, era indiscutível. A visão da audiência correccional, da entrega ao governo, do areal africano, vivia na imaginação excitada daquela gente.

— Socagei, homens — clama o director, do alto, seu púlpito. O heroico comandante do 9 de Abril, o inteligente Ferreira do Amaral, garantiu-vos a impunidade.

E a companhia sossegou. De resto, pensavam, a blusa de ganga nunca lhes assentaria bem.

António Maia — um Maia de que Ego se não lembraria — sob um nervosismo de um casal de pombos, 10800; idem de uma camisola, 6500.

Foram em número de 10 as pessoas contempladas, a cada uma das quais coube 568370.

NOTAS & COMENTARIOS

Homem-ince
A Academia de Ciências, velha cidadela de estúpidos e ridiculos preconceitos acaba de integrar entre os seus membros, o director da *Epoca* Fernando de Sousa Nemo. Sabemos que este reaccionario, como jornalista é excelente engenheiro. Foi por isso talvez que a Academia o elegue.

Na sua oração, o dr. Cunha e Costa afirmou que o Nemo «parece solido entre haja uma lagrima a enxugar». O sr. Nemo tem a virtude de ser um lenço le assor!

Se um dia a Academia tiver vergonha, chorar a por ela lhe ter vindo tarde. O sr. Nemo aproxima-se e a Academia enxuga-se a ele.

Imos chorando a rir com esta graça do sr. Cunha e Costa! Soceque porém o sr. Nemo! Escusa de aparecer por cá; — já se nos secaram as lagrimas...

A eterna servidão!
Vai a Casa dos Jornalistas oferecer ao sr. Augusto de Castro, um banquete, no qual poderá inscrever-se, toda a gente, que atribua algum artigo de importância que justifique os cinquenta escudos por conta, por convivia, a comezains.

Discordamos sinceramente da homenagem. A entidade que a promove não devia, em nosso entender, arvorar-se um fole para soprar a vaidade dum homem, nem contribuir para que nesta hipocrita sociedade, mais uma manifestação de servilismo se produza.

O sr. Augusto de Castro não conquistou a golpes de talento jornalístico o seu lugar. A Casa dos Jornalistas esqueceu-se também que os jornalistas só conquistam com o seu trabalho, a morte prematura e a miséria.

Que tristeza a immoralidade e os jantares de homenagem corromperem o que devia ficar estranho à primeira e não imitar os que promovem estes últimos!

Só temos a prestar homenagem a aqueles que não subscreverem este banquete de homenagem. E merecem-na, porque lhes sojeja em independência o que a muitos falta em sinceridade.

A cédula pessoal

A União dos Sindicatos Operários do Porto, na sua última reunião, apreciou a tentativa da criação da cédula pessoal, considerando-a uma odiosa goliata lançada ao operariado português, uma espécie de caderneta caserneira a fim de coartar as poucas liberdades que o proletariado disfruta, à custa de tantos sacrificios.

Tendo a referida medida ministerial um carácter persecuidor orientado pela nefasta Confederação Patronal, a qual deseja, de preferência, accossar os militantes da organização socialista revolucionária — todo o conselho concordou de que, a par da propaganda oposicionista que se deve fazer dentro das oficinas, os sindicatos devem também preparar as suas classes para uma acção mais enérgica de resistências aos torvos propósitos do governo... patronal, enérgicamente correspondendo ao apelo da C. G. T., e secundando o movimento que ela venha a determinar.

Neste sentido, o delegado dos metalúrgicos apresenta a seguinte moção: «Considerando que a cédula pessoal é, além de vexatória, uma armadilha lançada ao proletariado consciente pela Confederação Patronal, os delegados dos organismos operários do Porto, reunidos em sessão ordinária, resolvem repudiar publicamente a cédula pessoal em questão, aconselhando os seus camaradas componentes dos vários organismos para que reajam eficazmente no sentido de que tal armadilha não vingue».

O Sindicato dos Litógrafos e anexos protesta contra a iniqua pretensão do ministro da Justiça em estabelecer a obrigatoriedade da cédula pessoal.

A comissão administrativa do Sindicato dos Inscriitos Marítimos (pessoal de câmaras) protestou na sua última reunião contra o pretendido estabelecimento da cédula pessoal.

A Secção profissional dos mecânicos em madeira, apreciando a tentativa do Governo em pretender de novo impor a caderneta com o título de cédula pessoal, resolveu exortar todos os camaradas a repudiar tal infame coleiira que só tem em mira exortar lutas perseguidoras à classe operária e cercar as poucas liberdades alcançadas.

Para este efeito espera a comissão administrativa que nenhum mecânico em madeira se preste a ser «claudado».

Desabamentos

Na Câmara Municipal
Sob a presidência do dr. sr. Costa Santos reuniu ontem, em sessão ordinária a Câmara Municipal de Lisboa.

Entrando em discussão e votação na especialidade das propostas apresentadas numa das últimas sessões sobre a questão dos desmoronamentos ultimamente sucedidos em Lisboa, são aprovadas por unanimidade a proposta do dr. sr. Beirão da Veiga para se proceder a um inquérito à forma como se passaram os factos referidos no artigo do jornal *A Capital* respeitante a um prédio situado na rua da Bica Eduardo Belo e para se nomear uma comissão de inquérito para tal fim constituída por dois vereadores engenheiros e a proposta de José António de Abreu, para a Comissão Executiva através dos técnicos do Município organizar no mais curto prazo de tempo os meios julgados necessários para garantia absoluta de estabilidade das edificações que venham a erguer-se na capital e bem assim as bases indispensáveis a uma boa e eficaz fiscalização das construções. As restantes propostas então apresentadas baixaram as respectivas comissões de estudo.

O sr. Mário Reis pede a atenção do sr. Alexandre Ferreira para factos que dizem passar-se quanto a vistorias e o dr. sr. Beirão da Veiga, depois de pedir vários esclarecimentos sobre o alojamento das famílias que tiveram de sair dos prédios em ruínas, propõe que na acta se lance um voto de louvor ao sr. Alexandre Ferreira pela boa vontade e esforço que tem manifestado na missão que lhe estava confiada de olhar pelo alojamento das referidas famílias.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

As licenças já pedidas e concedidas para demolição de prédios dizem respeito aos seguintes:

R. António Pedro, B. C.; Largo Afonso Pena, J. A.; Avenida Miguel Bombarda, 87, 91 e 155; R. Heróis de Kionga, 34; R. 4 de Infantaria, 31; Rua n.º 1 à Rua Correia Teles e Rua de São Paulo, 148, 150.

As obras do Bairro Económico da Ajuda

Uma comissão de operários do Bairro Económico da Ajuda veio manifestar-nos a boa vontade que anima todos os seus camaradas para que se conclua, o mais rapidamente possível, os dois primeiros renques de casas do referido bairro, a fim de se dar abrigo às famílias que tem de abandonar os prédios em ruína.

A satisfação deste humanitário desejo depende apenas das entidades oficiais, a quem incumbe o indelével dever de o facilitar com as verbas necessárias.

Distribuição de donativos
Na sede da Academia Filarmónica Verdi realizou-se, na pretérita quinta feira a distribuição, pelos sobreviventes do catastrófe de Campolide, da quantia de 5.687\$15, proveniente das verbas a seguir descriptas:

Produto do bando precatório realizado em 30 de Março, pela Academia Verdi, 5.519\$10; quete aberta por Albario de Olival na oficina de Vicealé Esteves, nas Amoreiras, 152\$05; leilão

POR ESSE MUNDO FORA

MARROCOS
Contrabando de armas para ou mouroos
TANGER, 4. — As autoridades marítimas espanholas apresaram um vapor e uma lancha hasteando a bandeira inglesa que estavam em águas da zona espanhola descarregando armas para os mouroos.

ALEMANHA
Cercando o direito de viajar
BERLIN, 4. — O presidente Ebert assinou um decreto que limita o direito de viajar fora da Alemanha. Todos os particulares deverão pagar uma taxa especial de 500 marcos ouro para conseguir a licença necessária para se ausentarem para o estrangeiro. Este decreto é energeticamente criticado pelo «Berliner Tageblatt» e pela «Voss Zeitung». Foi motivado pela necessidade de salvaguardar a estabilidade da moeda e de evitar a má impressão causada no estrangeiro pelo procedimento de alguns viajantes de luxo.

Uma sessão tumultuosa
BERLIN, 4. — Houve uma sessão tumultuosa no conselho Municipal de Berlim tendo sido reclamada a intervenção da policia que expulsou os membros comunistas.

ITALIA
Desmoronamentos de terrenos
AMALFI, 4. — Continuam a dar-se desmoronamentos de terrenos em grande extensão causando enormes prejuizos e deixando muita gente sem abrigo.

O dualismo do sr. Joaquim Ribeiro

O que mais nos surpreende na deliberação do ministro da agricultura, é o facto de no ano passado, ter afirmado perentoriamente não aceitar o tipo único de pão, depois dos delegados operários que sobre o assunto o procuraram, lhe terem feito sentir que, os vários tipos de pão se prestariam a uma especulação por parte da Moagem e panificação.

O sr. Joaquim Ribeiro disse, caso isso viesse a succeder, éle seateria da Manutenção Militar, criando um tipo de pão popular que seria adquirido por senhas, para obstar que o mesmo fosse parar às mãos de quem poderia suportar a avidez do polvo.

Por estes factos nos admiramos que seja o mesmo sr. Joaquim Ribeiro, que era contrário ao tipo único, que nós perfilhámos e perfilhamos, o que venha agora estabelecê-lo.

Quando nos por momentos a pensar, porque artes de berliques e berloques, isto sucede assim; e chegámos à conclusão que isto acontece porque éle é, além de lavrador, proprietário, um representante das forças vivas e não um zelador dos interesses gerais do povo.

Só assim se pode compreender que o sr. Joaquim Ribeiro, ministro da Agricultura, queira criar o novo regime de pão e nesta época. Este homem tem defendido duma forma tão inaudita e franca os interesses dos proprietários, dos lavradores e dos exploradores como poucos.

É este o juizo mais acertado que se pode fazer em face da sua actual atitude.

O tipo único de pão que agora quer impôr vai criar a possibilidade do seu encarecimento e pela razão seguinte: temos o pão mais barato actualmente ao preço de 1880, pois o tipo único fará com que éle suba de preço. O novo tipo que virá a ser manipulado no mixórdias acumuladas na moagem será péssimo, a opinião pública manifestar-se há contra o seu mau fabrico. A resposta será como sempre: em lugar de ser melhorado, faz-se nova lei, decretando o regime de dois ou três tipos!

Ficará a população na mesma situação com a diferença e agrante que esses tipos aumentarão de preço, isto é mais caros que os actuais.

Aqui teremos, portanto, um encarecimento, que é base o único objectivo do sr. Joaquim Ribeiro, cuja subida às cadeiras do poder tem sido assinalada com o favoritismo à moagem e lavoura.

Até a própria época que o ministro sr. Joaquim Ribeiro escolheu para as suas manobras, demonstra-nos que a sua preocupação é proporcionar, sobretudo à lavoura nacional uma base mais elevada para os cereais, — com mais alguns lucros do que no ano passado — para o lavrador vender. E, e porque sempre foi, esta a ocasião em que o lavrador se destaxa ao resto de cereais que lhe sobejaram das manobras.

Já antigamente eles conseguiram vendê-los por mais alguma coisa; presentemente essa mais alguma coisa está correcta e aumentada.

É como de ano para ano o pão se vende mais caro, o lavrador que consegue vender mais caro nesta época, fica assim habilitado a elevá-lo para a próxima colheita, porque a saída está dada com a subida do preço do pão.

Eis a obra do ministro: arrancar ao povo mais uns milhares de escudos para meter na bolsa dos lavradores, moageiros e panificadores.

Agora resta saber se o povo está disposto a consentir neste roubo. O mais interessante é que o sr. Joaquim Ribeiro desempenha um cargo em nome do povo.

Portanto, o povo, tem o direito de o chamar à ordem, a éle e a todos e até de os correr a pontapé.

Quando será o dia!

AS ESCOLAS PRIMARIAS SUPERIORES

Insistindo

Foi a Batalha um dos jornais que mais accentuadamente abriam a luta contra a extinção dos E. P. S., únicos centros de instrução, onde os filhos de menos abastados poderão encontrar gratuitamente os conhecimentos indispensáveis ao agricultor que se queira produzir com verdadeiro conhecimento.

Deve, pois, ele ser também um dos mais a capital... se não puder vender, como esperamos.

sendo assim, cá estamos novamente a nosso pósto de defesa da causa letária.

Disseram os jornais de feição partidária que o sr. ministro da Instrução Pública havia nomeado uma comissão para pronunciar acerca dessas escolas.

Não sabemos quais as ideias dessa comissão, da qual fazem parte, se não somos em erro, três professores dessas escolas, que o decreto tentaria defendê-las, porque defendem os seus próprios interesses e o seu *brío professional*, inamavelmente apreciado no histórico relatório que precede o Decreto que as extinguiu.

Os nossos governantes, na sua maioria, são uma característica bem diferente dos governantes dos outros países aliados.

Entre nós não se corrige nem se aperfeiçoa uma instituição.

Quando ela, por qualquer defeito do organismo, deixa de funcionar normalmente, em vez de se corrigir — aperfeiçoando-a — destrói-se.

É mais fácil e produz melhor efeito... Foi o que succedeu às E. P. S.

Visto elas não funcionarem com perfeição, por virtude de algum defeito do organismo, assás fácil de corrigir, destruíram pela raiz com a foice da «Seara Verde»... Parece incrível, mas é verdade.

Não contava, porém, o nôvel ministro com os protestos dos muitos que se puderam conformar com tam pouca solução, e nem especialmente com a Batalha, que tem por única preocupação defender os interesses do proletariado que é, infelizmente por falta de recursos, quem mais precisa da instrução que se deve mostrar nesses centros que servem de complemento ao ensino primário geral.

Porque assim é, persistimos na defesa da existência dessas escolas, e tem-

bramos à comissão que deve incluir nas bases da sua reforma o resumo do que já dissemos em artigos publicados em *A Batalha*, e que trasladamos para aqui:

a) Adaptação e simplificação de programas, embora subsistam as mesmas disciplinas, ou mesmo mais algumas.

b) Matrícula gratuita para os que não podem pagá-la, ou embora tenham recursos para isso, declarem nos seus requerimentos que desejam o curso para se matricularem nas escolas de artes ou officios, ou agrícolas elementares, ou comerciais e industriais secundárias, ou finalmente nas normais primárias.

c) O curso será de três ou quatro anos conforme o destino do aluno.

d) O de quatro anos dará direito à matrícula no 3.º ano dos liceus; nas escolas industriais e comerciais secundárias; na escola normal primária; no curso de pilotagem e nos correios e telégrafos.

Dando-se a essas escolas estas e outras vantagens, como, por exemplo, tornar-se o curso do 3.º ano obrigatório para uma determinada série de empregos particulares — e mesmo de instituições particulares — está resolvido a primeira parte do complicado problema da Instrução Nacional, desde que se crie, pelo menos, uma em cada sede do concelho, e se organize convenientemente o ensino infantil e primário geral.

Mãos á obra, sr. ministro da Instrução Pública.

Por mais e maiores batalhas que v. ex.ª haja de vencer, nenhuma ficará a fulgurar na História da Civilização Universal com tanto brilho, como o que vier incidir sobre as páginas da História da Instrução e Educação Aperfeiçoadas das classes trabalhadoras e para a qual v. ex.ª tenha concorrido com o seu grande valor.

M. C. D.

Federação Marítima

NOTA OFICIOSA
Esta Federação, tendo apreciado a ordem, dimanada do ministério da Guerra para o da Marinha, que estabelece a criação de 1.500 escudos para os marítimos de longo curso poderem embarcar em navios nacionais, exorta estes camaradas a não acatarem tam draconiana imposição, que lhes coarta o direito de angariar pela sua profissão os meios de subsistência. A todos os trabalhadores fluviais recomenda também este organismo que se mantenham de atalaya para impedir no momento oportuno que tam monstruosa decisão ministerial vá afectar gravemente os seus camaradas de longo curso. — A Comissão Administrativa.

Uma nova linha de vapores

LONDRES, 4. — Vai ser inaugurada, uma linha de vapores entre Harwich e Zeebrugge. O primeiro vapor, que fará a viagem de Inglaterra para Zeebrugge no próximo domingo regressará conduzindo camadas dos hospitais do exército inglês do Rheco que vieram de Aia-la-Chapelle.